

A contribuição do pensamento social negro brasileiro para a construção de uma sociologia da educação antirracista: Lélia Gonzalez, Cida Bento e Neusa Santos Souza

The contribution of Brazilian black social thought to the construction of an anti-racist sociology of education: Lélia Gonzalez, Cida Bento, and Neusa Santos Souza.

Resumo

O objetivo deste ensaio é estabelecer uma ponte de diálogo entre o pensamento social de Lélia Gonzalez, Cida Bento e Neusa Santos Souza com a sociologia da educação. A partir do exame da teoria racial crítica das autoras, elencamos ao longo do trabalho contribuições para refletirmos sobre a questão do impacto da presença da discriminação racial escolar na produção de formas de exclusão e sofrimento da juventude negra. O texto visa estabelecer uma perspectiva interventiva de sociologia antirracista que mira na questão da inclusão racial, o acolhimento do jovem negro e o enfrentamento ao racismo. Apresentamos três tarefas para a sociologia da educação antirracista: o enfrentamento das imagens pejorativas do negro nos currículos e na cultura, a construção de redes de contraponto à solidão racial da juventude negra e a reflexão sobre o protagonismo negro na formação cultural brasileira.

Palavras-chave: Sociologia da educação; antirracismo; inclusão racial; identidade.

Abstract

The objective of this essay is to establish a dialogue bridge between the social thought of Lélia Gonzalez, Cida Bento, and Neusa Santos Souza with the sociology of education. Based on the examination of the authors' critical racial theory, we outline throughout the work contributions to reflect on the issue of the impact of the presence of school racial discrimination on the production of forms of exclusion and suffering of black youth. The text aims to establish an interventionist perspective of anti-racist sociology that focuses on the issue of racial inclusion, the reception of black youth, and the confrontation of racism. We present three tasks for anti-racist sociology of education: Confronting the derogatory images of black individuals in curricula and culture, building networks to

Wanderson Barbosa dos Santos

Doutor em Sociologia.
Universidade de Brasília - UnB.
wanderson_santos@outlook.com

counter the racial loneliness of black youth, and reflecting on black agency in Brazilian cultural formation.

Keywords: Sociology of education; anti-racism; racial inclusion; identity.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar a contribuição do pensamento social negro brasileiro de Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza e Cida Bento para a construção de uma proposta de sociologia da educação antirracista. As reflexões do ensaio são elaboradas a partir do estabelecimento de pontes entre o pensamento social negro brasileiro e a sociologia da educação¹. Ao longo do ensaio demonstramos como a tarefa fundamental de uma sociologia da educação antirracista deve-se orientar para a construção de instituições escolares inclusivas para a população negra. Desse modo, assume-se o compromisso da teoria racial negra com a investigação da realidade e da práxis social aliada ao repertório reflexivo sobre as sociabilidades nas instituições escolares. A perspectiva do ensaio é abordar como o pensamento social negro das autoras supracitadas contribui para a reelaboração das formas de acolhimento da juventude negra nos contextos escolares, assim como sublinha os aspectos práticos para a construção de uma pedagogia ancorada na luta antirracista. Ao longo do ensaio, mostraremos como o pensamento sociológico pode contribuir para práticas pedagógicas e ambientes escolares de inclusão racial, especificamente, a partir do reconhecimento da importância de pensadoras negras para a compreensão das implicações do impacto do racismo na educação. Este ensaio aponta que a construção de uma educação antirracista é atravessada pelo reconhecimento dos conhecimentos da intelectualidade negra, sobretudo da escrita e dos saberes das mulheres negras.

No Brasil, mesmo a partir dos avanços da Lei nº 10.639, de 2003, que incluiu no currículo da educação básica a obrigatoriedade do tema da História e da cultura afro-brasileira, observamos um tímido movimento de adaptação dos currículos e das

¹Utilizamos, ao longo do ensaio, a ideia de pensamento social negro brasileiro conforme o argumento de Mário Augusto Medeiros da Silva (2022). A ideia de um pensamento social negro brasileiro tem o sentido de uma reflexão produzida por intelectuais negros para interpretar a experiência social do negro no Brasil. O conceito tem como objetivo colocar a intelectualidade negra como protagonista analítica dos problemas, vinculado ao debate racial no Brasil.

práticas cotidianas no que tange à questão da educação das relações étnico-raciais. O Brasil pouco avançou na prática de inclusão racial, visto que, os currículos ainda conservam uma hegemonia das visões de mundo eurocêntricas e há uma timidez nos mecanismos de monitoramento da implementação da lei nas escolas brasileiras². As formas de autopreservação da branquitude, a presença de imagens depreciativas do negro nos currículos e a discriminação racial dos estudantes são dilemas que impedem a presença negra em sala de aula no Brasil.

Kabengele Munanga (2005), na apresentação da coletânea de textos do livro *Superando o racismo na escola*, publicação do Ministério da Educação, aponta para os desafios para a inclusão racial nas escolas brasileiras. O déficit na formação dos educadores, a presença do mito da democracia racial, as imagens pejorativas associadas ao estudante negro e a hegemonia do eurocentrismo na formação dos professores, são alguns dos problemas que explicam a dificuldade da agenda antirracista nos ambientes escolares. Munanga (2005) aponta como uma consequência objetiva da presença do racismo na escola a discriminação, a exclusão, o desestímulo e a inferiorização da sua identidade percebida pela juventude negra. No contexto descrito de eurocentrismo e de racismo estrutural, as imagens de representatividade do negro permanecem no sentido da negatividade, da exclusão e dos estigmas que aprisionam o estudante negro em imagens de controle.

Ainda segundo Munanga (2005) temos um problema estrutural sobre a forma como contamos a história afrobrasileira. Essa história, por sua vez, apaga a história africana e a reduz no sentido da experiência da escravidão, narrada pela branquitude como um processo de submissão e assimilação do negro. As formas de resistência, a luta pela liberdade e as contribuições negras para a cultura são historicamente silenciadas, e, a escola é um dos meios da disseminação ideológica desse apagamento.

A sociologia da educação antirracista coloca-se, portanto, na perspectiva de um contradiscurso de oposição às imagens pejorativas do negro presentes na cultura brasileira e que são reproduzidas nos contextos escolares, opõe-se, portanto, as

²Destacamos que no final do ano de 2024 foi lançado pelo Ministério da Educação – MEC o primeiro diagnóstico de avaliação da educação étnico-racial no Brasil. O monitoramento responde às demandas históricas por uma avaliação da política de inclusão racial nas escolas. Como os resultados foram lançados em um período posterior à escrita desta pesquisa, não incorporamos no escopo do ensaio os resultados da pesquisa diagnóstica. Em pesquisas posteriores, os resultados serão examinados para a compreensão do cenário da educação étnico-racial no Brasil.

permanências ideológicas da unidimensionalidade eurocêntrica nos currículos e objetiva tensionar as formas de exclusão do negro produzidas pela branquitude. Do ponto de vista propositivo, esta perspectiva de sociologia da educação, tem como meta a intervenção por meio da construção de práticas pedagógicas de acolhimento que visam contrapor a solidão racial experimentada pela juventude negra na escola. A solidão racial, vista e sentida, congrega o sentido de uma experiência no mundo de imposição de um isolamento, isto é, do cerceamento da possibilidade do estudante negro de construir-se dentro de processos de identificação coletiva.

No contexto da sociedade brasileira, herdeira de formas de opressão colonialistas, racistas e sexistas, uma agenda antirracista nas escolas é essencial para a reversão de uma tendência à exclusão da juventude negra. É importante reconhecermos que a evasão, a repetência, o não pertencimento escolar são socialmente produzidos, e que o racismo é um aditivo para a produção dessas formas de exclusão e invisibilidade.

Ao longo do ensaio, portanto, sublinhamos a importância da priorização de um olhar formativo dos professores para a questão das relações étnico-raciais no Brasil, a partir da contribuição de Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza e Cida Bento. A sociologia da educação antirracista contribui, assim, para a construção de reflexões e práticas interventivas para a formação de comunidades escolares orientadas pela noção de acolhimento e inclusão racial.

Dito isto, este ensaio estabelece uma montagem do argumento a partir de um diálogo com a sociologia da educação contemporânea de Bourdieu para mostrarmos a questão da desigualdade e da discriminação nos termos da sociologia da educação. O ponto principal é elaborar o modo como os ambientes escolares se estruturam a partir de registros de exclusão de classe, raça e gênero. A partir dessas ideias, apresentamos as reflexões de Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza e Cida Bento a respeito da relação entre a educação e a questão racial. O objetivo é mostrar como o pensamento social negro brasileiro aponta para um diagnóstico das consequências do racismo, da exclusão e da evasão da juventude negra, tal como, os prejuízos da consolidação da escola sob a perspectiva da branquitude e do eurocentrismo no sentido da produção de imagens de controle que encarceram a identidade negra aos aspectos de sofrimento e opressão. Por fim, apresentamos, a partir da contribuição de Bell Hooks, um sentido

para práticas pedagógicas antirracistas alicerçados no conceito de comunidade. Tais reflexões visam construir uma relação entre a educação e a juventude de uma perspectiva de um projeto político-pedagógico para a resistência e a representatividade.

Sociologia da educação

A sociologia da educação contemporânea, a partir de Pierre Bourdieu, contribuiu para pensarmos os sentidos e as práticas pedagógicas que auxiliam a compreensão das formas de exclusão em sala de aula. Um dos seus elementos de maior importância para o debate sobre a educação e as práticas pedagógicas é o reconhecimento das diferentes formas de tratamento dos sujeitos dentro das instituições de ensino. A sala de aula que é entendida no senso-comum como um lugar de igualdade, na verdade, pode se concretizar como um espaço de discriminação. A escola, portanto, passa a ser entendida como um *locus* de relações sociais que se constroem a partir de um registro de desvalorização dos menos favorecidos. Bourdieu (2007), em sua crítica à escola conservadora, demonstra a expressão de tratamento desigual na escola: “Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção as desigualdades iniciais diante da cultura” (Bourdieu, 2007, p. 53). Para o autor, o elemento essencial de tratamento desigual nos contextos escolares perpassa o estabelecimento de um *arbitrário cultural* de legitimação da cultura dominante e de rejeição da cultura das classes menos favorecidas. Em seus escritos de educação, Bourdieu enfatiza a presença dos elementos de classe social como aditivos para a manutenção das desigualdades sociais.

O conceito de capital cultural emerge nesse contexto como uma forma de naturalização das disposições culturais adquiridas no processo de socialização dos indivíduos. O capital cultural é uma herança de disposições que influenciam no desempenho escolar. Assim, para Bourdieu (2007), o capital cultural legitimado, isto é, o capital cultural da classe dominante, atua nos contextos escolares como fator de distinção e de marcador de desempenho. Os currículos, as práticas pedagógicas e as avaliações, ao se pautarem na experiência de mundo de uma elite cultural, na ideia

de “boa cultura”, assim, transformam os ambientes escolares em instituições de preservação das desigualdades sociais.

A ideia de que as instituições escolares são os meios para a transformação social, projeção de possibilidades de vida se mostram como ilusões ideológicas que mascaram um cenário de desigualdade e de rejeição das experiências da cultura popular. No sentido da escola conservadora, os potenciais de emancipação e transformação social são eclipsados através de práticas pedagógicas de exclusão. O discurso meritocrático aponta a escola como uma das formas de valorização do esforço individual, meio no qual o empenho é valorizado no sentido de uma mudança de vida. A crítica de Bourdieu desenha uma reflexão para os aspectos concretos que mostram que a escola, em seu sentido conservador, é de fato um dos meios de legitimação das estruturas hierárquicas de classe e de imposição de formas de violência simbólica.

As crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes possam dar. Elas herdaram também saberes (e um “*savoir-faire*”), gostos e um “bom gosto”, cuja rentabilidade escolar é tanto maior quanto mais frequentemente esses imponderáveis da atitude são atribuídos ao dom (Bourdieu, 2007, p. 45).

Há, nesse sentido, um argumento que mira nas desigualdades que atravessam as socializações escolares e constroem o conjunto de hierarquias da sociedade capitalista, esboçando, assim, a relação entre as instituições escolares e a classe social. A crítica bourdiesiana é essencial para a sociologia da educação contemporânea, sobretudo, por afastar as percepções consolidadas no senso comum que as instituições escolares são ambientes de tratamento igualitário, isto é, instituições de acesso sem discriminação. Na contramão disto, a escola se mostra como o ambiente em que os *habitus* são acionados para tanto garantir o tratamento privilegiado daqueles que compartilham os signos culturais dominantes, como também para a exclusão daqueles que foram socializados nos *habitus* das classes menos favorecidas e de cultura popular.

A ênfase nas estruturas de reprodução das hierarquias sociais nas instituições de ensino associa-se a uma relação entre a elite econômica e a uma ideia de uma aristocracia cultural que, através dos imperativos do arbitrário cultural, privilegiam as suas próprias disposições culturais nas instituições escolares, nas avaliações e nos

currículos. Do ponto de vista de um olhar para as contribuições da sociologia contemporânea e a necessidade de aprimoramento do olhar para as demais estruturas de desigualdade, podemos observar a relevância de pensarmos a exclusão para além das questões de classe, isto é, pautando como os elementos de discriminação racial atuam para a invisibilidade da presença dos estudantes negros. As violências simbólicas (Bourdieu; Passeron, 1992) impõem uma estrutura de significados que legitimam um jogo de força e reproduzem formas de dominação de classe, raça e gênero. Nesse sentido, as instituições de ensino contribuem para um registro estrutural de dominação elitista, masculina e branca.

A contribuição acerca da teoria da interseccionalidade de Patricia Hill Collins (2022) sinaliza a importância de uma consideração das desigualdades escolares na chave da interdependência de estruturas de poder de classe, raça, gênero, território e cultura. Para a autora, a condição relacional dos sistemas de dominação deve ser uma premissa orientadora para uma sociologia que apreende o social a partir de uma noção de complexidade. O racismo, o sexismo, o classismo, são estruturas que, do ponto de vista de um olhar para a intersecção, mostram as formas como os jogos de poder devem ser pensados criticamente para as intervenções e a promoção da justiça social.

Considerar as heranças da exploração sexista e os legados do racismo é essencial para a elaboração de preocupações de pesquisa e formas de intervenção de uma sociologia da educação ancorada na realidade de países que sofreram com o impacto da colonização, da escravidão e do sexismo. No caso brasileiro, a sociologia da educação precisa recuperar os sentidos de um pensamento sobre a forma como o racismo constrói sentidos nas relações contemporâneas. Silvio Almeida (2019) sublinha a importância de a teoria social mobilizar o conceito de racismo como elemento estrutural para o conjunto das relações sociais no Brasil. As instituições escolares, como estruturas formativas e de hierarquização social, reproduzem formas de discriminação e racismo, na medida em que herdaram as estruturas colonialistas, um modo de operação que produz vantagens para a branquitude e desvantagens para a negritude. O conceito de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) assinala o racismo como uma manifestação normal das relações sociais, isto é, como uma forma de funcionamento que confere sentido para todas as estruturas de uma sociedade herdeira do colonialismo.

As instituições escolares, como parte da estrutura de educação da sociedade, manifestam os sentidos do racismo em vários âmbitos. No currículo, por exemplo, o racismo se expressa quando a visão muito eurocentrada é colocada como verdade hegemônica. A invisibilidade da perspectiva afrocentrada é uma das marcas do racismo cotidiano nas escolas. Nas práticas relacionais entre alunos e professores, quando a violência racial é tratada como “brincadeira” e, muitas vezes, como uma ação de menor impacto em sala de aula, o problema dessa perspectiva é a desvalorização da forma como os estudantes negros recebem, do ponto de vista subjetivo, tais violências. Também o silêncio em relação a experiência negra é uma das marcas do racismo escolar que apaga a contribuição afro-brasileira para a formação nacional. Outras expressões de discriminação podem ser vistas nos preconceitos dos docentes que são mobilizados em práticas punitivas e avaliativas que discriminam negativamente os estudantes negros.

A pesquisa de Marília Pinto de Carvalho (2004; 2005) sublinha as consequências do racismo dentro dos contextos escolares. Em suas pesquisas, ela destaca o modo como o fracasso escolar, a repetência e a evasão estão intrinsecamente relacionadas à construção da identidade de gênero e raça nos ambientes escolares. A permanência de visões estereotipadas dos professores em relação aos estudantes negros desvela os modos como as discriminações silenciosas (o racismo velado) são fatores de produção do fracasso dos estudantes negros. Carvalho (2005) destaca, a partir de suas pesquisas, uma característica do racismo brasileiro: o branqueamento. Na visão dos professores, alunos com melhor desempenho acadêmico tendem a serem “lidos” pelos professores como mais próximos da branquitude, enquanto os alunos com menor desempenho e em situação socioeconômica vulnerável tendem a serem mais lidos como negros. Assim, perpassa pela noção de raça como um conceito também social, o racismo é acionado em sala de aula a depender de elementos de classe, gênero e comportamento observados nos alunos. Quando os professores associam a negritude ao baixo desempenho, criam-se mecanismos internos nas relações em sala de aula para a exclusão.

Uma sociologia da educação aliada da educação das relações étnico-raciais vem sinalizando as instituições escolares como ambientes de hostilidade para a população negra. Ao associarem, de forma imediata, a negritude a imagens pejorativas de delinquência, indisciplina e baixo rendimento, os professores produzem uma

cartografia de desigualdade em suas salas de aulas em que os alunos negros são excluídos e colocados nas últimas fileiras e, conseqüentemente, recebem menos atenção em sala de aula. A cartografia da desigualdade escolar em sala de aula é produzida como dispositivo de rejeição, que tanto produz a exclusão racial como também reproduz a inferiorização acadêmica, na medida em que, a falta de atenção escolar deixa marcas significativas nas trajetórias de vida dos estudantes esquecidos dentro das escolas.

O reconhecimento do movimento relacional das estruturas de desigualdade permite ao sociólogo da educação “enxergar” para além dos elementos condicionantes na esfera das relações econômicas. Assim, permite um aprofundamento no jogo simbólico e de produção de significados herdados das estruturas patriarcais e colonialistas, sobretudo, em sociedades (como é o caso da sociedade brasileira) que herda em sua formação nacional estruturas de desigualdades sexistas e racistas. O estudante em vulnerabilidade econômica, naturalmente, sofre com o desfavorecimento de sua cultura em contextos escolares conservadores. No entanto, ao estudante racializado, o ambiente escolar impõe outros registros de dificuldades. A primeira delas é a necessidade existencial e de sobrevivência para contrapor os estereótipos racistas que o encarceram em imagens negativas. Para além disso, outro fator de exclusão do estudante negro encontra-se no relacionamento cotidiano com um currículo que reproduz imagens preconceituosas e estigmatizantes ligadas à sua identidade racial. Descreveremos esses dilemas nas próximas páginas, mas vale destacar aqui, que as formas de exclusão racial, muitas vezes, acumulam-se com as inscrições de exclusão de classe e gênero, tornando a escola um ambiente inóspito para os sujeitos negros.

Pensar, portanto, a sociologia da educação para a realidade de um contexto social herdeiro dos impactos coloniais é reconhecer a forma como o preconceito racial, o racismo estrutural, o sexismo, podem ser lidos sob o prisma interseccional. E, mais do que isso, se mostra como um exercício do reconhecimento como o racismo e o sexismo são fatores de exclusão e desigualdade. A sociologia da educação precisa consolidar uma agenda de pesquisa atenta para os modos como as desigualdades raciais, de classe e de gênero são somatizadas nos ambientes escolares e produzem a exclusão de sujeitos vulnerabilizados pelas formas de discriminação e preconceito social.

A contribuição da teoria social negra para a sociologia da educação

No sentido de pensar uma sociologia da educação antirracista, propomos nesta seção refletir a partir dos escritos de Lélia Gonzalez (2020), Cida Bento (2022) e Neusa Santos Souza (2021) maneiras de implicar o pensamento social negro brasileiro ao debate propositivo da educação para as relações étnico-raciais. Ao lermos a produção intelectual dessas pensadoras, observarmos um conjunto de reflexões críticas que podem ser reposicionadas ao debate sobre a sociologia da educação no Brasil. Ao versarem sobre a situação do negro brasileiro, elas enfatizam um aspecto central para uma sociologia antirracista, que são: as permanências das imagens pejorativas em relação a pessoas negras nos contextos escolares e suas consequências na construção da identidade da juventude negra, o desamparo racial (solidão racial) nos contextos escolares e o papel dos professores em situações de racismo e, por fim, a insistência em práticas pedagógicas que reduzem a contribuição negra ao trauma da escravidão.

A reflexão sobre a educação antirracista é elaborada a partir de um olhar crítico e propositivo. No sentido da crítica, a educação antirracista mira na rejeição das formas de organização das práticas pedagógicas da branquitude, suas construções curriculares e os mecanismos de controle e punição que prejudicam os estudantes negros nas instituições escolares. Sendo um pouco mais esquemático, a proposta da educação antirracista visa a rejeição e a desconstrução dos elementos estruturais do racismo, conscientes e inconscientes, que tornam as instituições de ensino um ambiente de hostilidade para a população negra. No sentido propositivo, o projeto de uma educação antirracista constrói, a partir de planos de intervenção, novos contornos para uma pedagogia e um currículo que acolham a diversidade racial em um sentido pleno. As intervenções da educação antirracista têm um sentido pragmático de orientação para um novo desenho escolar, no qual a violência racial é combatida nas práticas cotidianas.

A educação antirracista, a partir do que foi elaborada, deve ser entendida como uma prática de letramento (formação dos professores e dos estudantes) e como movimento para a representatividade e a inclusão. É preciso pensar a ideia de uma educação inclusiva nos termos de uma escola que elabora politicamente as experiências desiguais de raça, classe e gênero. Ao afastar a construção ideológica da escola como o

ambiente de neutralidade, a proposta de uma sociologia da educação antirracista é construída nos eixos da inclusão, do acolhimento e do enfrentamento das situações de discriminação e preconceito nos ambientes escolares. Pensamos a inclusão no sentido da representatividade nas instituições escolares. É importante que as práticas pedagógicas e os currículos encarem a representatividade do ponto de vista de uma necessidade para desnaturalizar e rejeitar as imagens pejorativas sobre a população negra. A presença negra no currículo deve se orientar para reverter as imagens preconceituosas enraizadas no imaginário social brasileiro. Do ponto de vista do acolhimento, pensamos na questão do modo como as relações em sala de aula devem seguir uma linha da criação de vínculos e formas de pertencimento dos estudantes com a escola e com a sua comunidade. Os educadores devem possuir um repertório para combater as formas de solidão racial e a exclusão em sala de aula. O último aspecto é a questão do enfrentamento da violência racial como forma de combate às situações cotidianas de discriminação e preconceito. A ênfase ao enfrentamento deve ser orientada pelo reconhecimento do acolhimento escolar da vítima e o trabalho pedagógico de reflexão sobre os fatos ocorridos. O enfrentamento deve seguir na contramão da forma como o racismo é tratado na sociedade brasileira, que é por meio das formas de negação e deslegitimação da violência racial. O enfrentamento parte do pressuposto do reconhecimento da gravidade do problema e objetiva as ações práticas de proteção das vítimas e a intervenção pedagógica com o agressor.

Lélia Gonzalez, por uma escola representativa

Lélia Gonzalez, intelectual e ativista negra, é uma autora central para a reflexão sobre o Brasil contemporâneo. Em seus ensaios, em que está entrelaçada a questão do racismo e do sexismo na cultura brasileira, esses temas são de fundamental importância para a compreensão e a intervenção nas consequências do colonialismo patriarcal herdados de nossa formação histórica. Como uma ensaísta, filósofa, antropóloga e pensadora da cultura, Lélia Gonzalez (2020) é autora de importantes conceitos para a interpretação da sociedade brasileira, como a ideia de *neurose cultural brasileira* e a questão do *pretuguês*.

O ensaio *Racismo e sexismo na cultura brasileira* de Lélia Gonzalez (2020) sinaliza os problemas da dupla opressão sofrida pelas mulheres negras. As dominações racista e masculina se estruturam a partir de um repertório amplo de imagens pejorativas e definições preconceituosas que naturalizam a violência racial no Brasil, ao mesmo tempo que negam a sua existência. As formas do racismo de denegação brasileira visam o contínuo esforço para o ocultamento dos sintomas da violência racial e que a ideologia do branqueamento e da democracia racial é mobilizada para invisibilizar as opressões raciais e sexistas que sofrem as mulheres negras.

Do ponto de vista de uma discussão sobre educação, sublinhamos duas passagens presentes no ensaio *A mulher negra no Brasil*, publicado em 1995:

Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo (Gonzalez, 2020, p. 160).

E no mesmo ensaio:

Começando por essas articulações ideológicas adotadas pelas escolas, nossas crianças são induzidas a acreditar que ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado. Em contraste, elas são também induzidas a considerar que ser uma mulher negra e pobre é um dos piores males. *Devem-se levar em conta os efeitos da rejeição, da vergonha e da perda de identidade as quais nossas crianças são submetidas, especialmente as meninas negras* (Gonzalez, 2020, p. 160, grifos nossos).

As duas notas que Lélia Gonzalez apresenta no ensaio *A mulher negra no Brasil* tem o sentido de apontar para as consequências da reprodução do racismo e do sexismo nos contextos escolares. As desigualdades raciais e de gênero são perpetuadas por um movimento de imposição de imagens pejorativas em relação as pessoas negras e uma exaltação da branquitude em sala de aula. No movimento apontado por Lélia Gonzalez observamos de forma evidente a maneira como a escola torna-se um instrumento de inflação da autoestima da branquitude, enquanto, na contramão, produz o sentimento de inferiorização da negritude. Ao correlacionar a negritude com as formas de vida negativas, a escola opera no sentido da sugestão pelo embraquecimento, isto é, o abandono estético, cultural e ancestral da afro-brasilidade.

A crítica de Lélia Gonzalez aponta para a forma como as visões depreciativas dos negros perpassam aos materiais didáticos, os currículos e as práticas dos professores. Gonzalez destaca o problema da unidimensionalidade de um ensino que

se pauta exclusivamente por uma visão de mundo eurocêntrica e que reproduz o ideal da branquitude como um padrão. Assim, ao apagar a contribuição negra para a construção da sociedade brasileira e impor como visão hegemônica a história eurocêntrica, a escola atua como dispositivo para a exclusão racial, especificamente, tornando o ambiente escolar hostil à identidade negra.

Nos termos da crítica de uma sociologia da educação antirracista, Lélia Gonzalez aponta para a questão do sofrimento e da vergonha que marcam as identidades dos estudantes negros em contextos escolares de unidimensionalidade branca. A escola se mostra como um lugar de sofrimento, na medida em que, os estudantes negros não encontram formas de construção de identificações representativas com as suas próprias identidades. Na verdade, a escola produz uma identificação com imagens de desumanização e marginalização dos negros ao reproduzirem as formas de preconceitos e discriminações da cultura brasileira. A escola, como um ambiente hostil ao negro, se efetiva quando o estudante cotidianamente se relaciona com imagens pejorativas e empobrecidas da sua afro-brasilidade. Nesse sentido, é importante entender a crítica para a elaboração de estratégias pedagógicas que contribuam para a construção positiva das identidades afro-brasileiras.

É importante, também, pensarmos a questão da construção da identidade negra e o papel das instituições escolares. As consonâncias entre a presença na educação básica e a construção da identidade da juventude negra devem ser consideradas em sua interrelação. A montagem de uma ideia do eu perpassa, como sabemos, por uma relação de conflitos e de experiências que compõem as configurações de uma identidade. As experiências escolares são determinantes, visto que conduzem as possibilidades de identificação, projeção de futuro e autoestima. Os escritos de Lélia Gonzalez nos mostram o prejuízo do desemparo racial para a construção de uma identidade negra, ou melhor, as consequências para uma negação da própria identidade. Quando as articulações ideológicas da escola reproduzem, em suas práticas, a vergonha e a rejeição da negritude, podemos pensar o prejuízo na autoestima e na internalização de um sentimento de inferioridade para a população negra, que tem como meio de reprodução as instituições escolares. O contraponto de uma educação antirracista se dá no cenário de um combate e rejeição às imagens depreciativas sobre a negritude nas escolas.

Cida Bento, por uma escola de acolhimento

Cida Bento (2022) é doutora em psicologia e uma intelectual negra essencial para a compreensão das formas de construção e manutenção dos privilégios da branquitude. O livro *O pacto da branquitude* descreve o projeto de conservação dos privilégios da branquitude e as formas de rejeição e de apagamento da presença negra. A tese central do livro diz respeito aos mecanismos de autopreservação da branquitude e a naturalização dos privilégios brancos herdados da escravidão e do colonialismo no Brasil. O conceito de *pacto narcísico da branquitude* aponta para as formas conscientes e inconscientes de manutenção dos privilégios da branquitude e a rejeição da presença negra em cargos e posições de prestígio na sociedade brasileira. O pacto da branquitude é um mecanismo que estrutura as desigualdades raciais e atua na manutenção das hierarquias no Brasil, sobretudo ao inviabilizar as possibilidades de ascensão do negro.

O pacto da branquitude é essencial para compreendermos a barbárie da escravidão no Brasil e as consequências raciais permanentes que prejudicam a população negra. Enquanto o negro brasileiro arca com os custos históricos da escravidão, a branquitude fatura com privilégios sociais herdados do período colonial. A autora mira, por sua vez, nos privilégios que a branquitude herdou do processo histórico de escravização e desumanização da população negra. O reconhecimento da forma como as raízes escravocratas privilegiam a população branca dá um novo sentido aos estudos da desigualdade ao olhar para os privilégios adquiridos pela branquitude. O estudo da autora mostra como a branquitude herdou vantagens educacionais, profissionais, econômicas e culturais, na medida em que, a sua racialidade hegemônica não é objeto de discriminação, preconceito e rejeição. A branquitude se estabelece como padrão de universalidade e dita as regras dos conflitos sociais. O racismo estrutural brasileiro se consolida como uma estrutura que produz privilégios para a população branca em seu cotidiano, o que Cida Bento (2022) sublinha ao longo de todo o seu estudo. O racismo, assim, produz desvantagens sociais aos negros enquanto produz vantagens sociais aos brancos.

Do ponto de vista de uma sociologia da educação antirracista, o estudo de *O pacto da branquitude* aponta algumas notas sobre a exclusão escolar e a sua relação com as desigualdades dos negros no Brasil. As permanências de estruturas racistas no Brasil produzem nos contextos escolares a rejeição das crianças negras. O sentimento de não pertencimento é a chave para compreendermos mais uma camada do problema do racismo na escola.

Ao mesmo tempo, a escola não era um dos ambientes mais acolhedores para crianças negras como nós. Por anos, me senti invisível na sala de aula, como se não fizesse parte daquele lugar. Para além de qualquer questão com os colegas, como o caso do meu filho Daniel, meus professores foram os principais responsáveis por essa minha sensação de não pertencimento (Bento, 2022, p. 12).

A reflexão presente no livro *O Pacto da branquitude* aponta para o problema da invisibilidade da criança negra nas instituições escolares. Com base na estrutura de preconceitos e imagens pejorativas presentes na cultura brasileira, a presença negra se torna visível apenas como exemplo de negatividade. O jovem estudante negro constantemente é assediado por um padrão de identidade que não corresponde com a sua negritude. Para Cida Bento (2022), o olhar para a atuação dos professores é essencial, visto que, em muitos casos, são eles que perpetuam o pacto silencioso da branquitude quando, por exemplo, não conferem oportunidades a estudantes negros ou justificam as desigualdades existentes a partir da falácia da meritocracia. O ponto da autora é que, através do pacto da branquitude, a escola transforma-se em um ambiente de afirmação da supremacia branca, visto que, os negros são sub-representados nos postos de ensino, na coordenação e na direção escolar. A manutenção das desigualdades, assim, se reproduz principalmente pela partilha desigual de oportunidades na qual o aditivo racial é definitivo para a decisão. Não é preciso lembrar que no aspecto de decisão, o pacto narcísico da branquitude atua para conferir privilégio aqueles que melhor refletem a brancura no espelho. A tese de Cida Bento mostra que tais dinâmicas são decisivas para as escolhas em contextos de hegemonia branca.

A ausência de uma reflexão crítica sobre a branquitude nos contextos escolares naturaliza o conjunto de privilégios herdados pelos estudantes brancos e confere também uma aparente normalidade às desigualdades que afetam os estudantes negros. Do ponto de vista da forma como o racismo está inscrito na cultura e na

subjetividade coletiva, a tese do pacto da branquitude descreve as formas como os professores brancos criam formas de identificação com estudantes brancos (o elemento narcísico do pacto de privilégios) e, conseqüentemente, excluem os estudantes negros, entendidos como indisciplinados, marginais e incorrigíveis.

A presença de uma branquitude acrítica, isto é, que não questiona os privilégios herdados de uma sociedade escravista e a sua relação com a instituição escolar se expressa, sobretudo, na construção de uma escola hostil e discriminatória. Os impactos das discriminações escolares são conhecidos em qualquer pesquisa sobre desigualdade escolar, porém, é importante pensar a forma de operação dos mecanismos de exclusão. O ponto é refletirmos como as práticas pedagógicas entendidas como neutras e universais produzem feridas e o afastamento da juventude negra da escola.

A prática recorrente da branquitude de associar e reduzir o negro brasileiro à escravidão é umas das formas de produzir o não pertencimento do estudante negro. Ainda hoje, a ausência de uma reflexão crítica de educação antirracista faz com que os processos escolares conduzam a práticas pedagógicas de limitação do negro brasileiro ao trauma colonial, isto é, a redução da história afro-brasileira ao processo de escravização. Uma ideia presente no senso comum escolar é que a população negra se encontrou passiva ao longo desse processo histórico e que a sua contribuição para a formação brasileira é rudimentar e vestigial. Tal reprodução do racismo no contexto de sala de aula produz no estudante negro formas específicas de sofrimento psíquico e estresse racial, que tornam o ambiente escolar um lugar de violência simbólica. A centralidade da contribuição negra para a cultura brasileira, quando invisibilizada pela branquitude, reproduz um ideal presente nas teses do branqueamento social que estão enraizadas no imaginário cultural brasileiro e que contam com a convivência de um currículo omissivo, no que diz respeito à representatividade negra.

Outrossim, a ausência de elaboração crítica do papel e da responsabilização da branquitude na formação brasileira é outro dado que desvela as formas de autopreservação da branquitude. Cida Bento (2022) reflete sobre a tentativa de dissociação entre branquitude e escravidão a partir da ideia de vergonha. A consolidação de práticas ideológicas e políticas travestidas de neutralidade escolar pode ser vista na questão da escravização de pessoas negras no Brasil: para alguns é objeto de esquecimento, para outros é motivo de vergonha. A história da formação

brasileira, do ponto de vista da narrativa hegemônica da branquitude, faz com que estudantes negros em sala de aula sintam-se envergonhados por uma herança escravista. Neste aspecto, observamos uma inversão de valores produzida pelo cinismo da branquitude, que faz com que as vítimas históricas se sintam responsabilizadas e envergonhadas pela violência sofrida. Enquanto as barbaridades dos escravocratas e as consequências da colonização são objeto de cinismo por parte da branquitude acrítica, o negro arca com o peso desse passado bárbaro. Pensar o acolhimento e o pertencimento racial, portanto, perpassa por um processo educacional reflexivo, que não redireciona a culpa e a vergonha para uma população que já convive com as heranças negativas de um processo histórico de desumanização que foi a escravidão no Brasil. Ao não lidar com as feridas do passado escravocrata, a branquitude se vê pouco implicada em processos de desigualdade e exclusão contemporânea. Nesse sentido, reproduz seu caráter acrítico entre as gerações. Impera, assim, um cenário de injustiça social calcado em consciências desresponsabilizadas.

Neusa Santos Souza, por uma escola de autoestima

Neusa Santos Souza, psiquiatra e psicanalista, em seu livro *Tornar-se negro*, contribui para pensarmos questões da construção subjetiva do negro brasileiro. O impacto das violências raciais, da discriminação e da exclusão social, pode ser visto no problema da desigualdade social brasileira, bem como, na própria construção social e psicológica da identidade do negro. Para a autora, um dos aspectos essenciais da opressão do negro se dá nas formas como ele foi definido ao longo da história. O branco define o negro de fora e instrumentalizou nessas formas de definição um discurso que legitimou e naturalizou a violência do racismo. Superar a discriminação, portanto, perpassa um exercício de autonomia pela linguagem, isto é, pela produção de um discurso do negro sobre o negro. As teses desenvolvidas por Neusa Santos Souza podem ser inseridas na tradição intelectual fanoniana de libertação do negro pela linguagem, isto é, a construção intelectual implicada na resistência antirracista que mira nas possibilidades de autonomia pela via da autodefinição.

O ponto fundamental da obra da autora é entender o modo como o negro experimenta a existência social na cultura racista brasileira, em específico, o negro em ascensão social. Para Souza (2021), as exigências colocadas por uma sociedade que se estrutura por uma padronização da branquitude é a do embranquecimento do negro, isto é, o processo no qual o negro abandona a sua própria identidade. A cultura racista brasileira, do ponto de vista de uma psicologia do negro, impede que ele construa a sua própria identidade racial. Na medida em que o negro é historicamente construído por um olhar de negatividade, os sujeitos negros crescem sob o signo de sua própria negação identitária. Negar-se, assim, é colocado como uma forma de existir e adquirir dignidade em contextos de discriminação racial.

Os estudos de Neusa Santos Souza (2021) mostram o impacto do estresse racial e a forma como a identidade negra é impactada por imagens negativas associadas ao negro. A cultura brasileira, nesses termos, projeta no negro o que entende como ruim, negativo e abominável. Do ponto de vista de uma sociologia da educação antirracista podemos pensar o impacto dessas imagens depreciativas para a construção da identidade na escola. O sentimento de desamparo, ou melhor, de solidão racial, atravessa a experiência negra nos contextos escolares em que não há presença ou representatividade suficiente para que as imagens pejorativas sejam contrapostas. Durante muito tempo, a presença do negro nos currículos foi cerceada ao processo de escravização no Brasil, no qual o negro é representado do ponto de vista das dores do impacto colonial. Os movimentos de resistência negra, as figuras abolicionistas negras e a sua luta pela libertação foram historicamente apagados da história oficial, perpetuando um pacto da branquitude de silenciamento da resistência negra.

Ao tratar a questão negra de forma unidimensional do ponto de vista eurocêntrico de reiteração do pacto da branquitude, a escola perpetua uma relação de vergonha e inferiorização, que constrói uma das camadas da identidade negra. Representar a população negra apenas por suas dores e traumas é o modo de manter hierarquias de controle que são internalizadas, a partir de processos educativos e no movimento de construção de uma identidade.

Para aproximar os escritos da autora ao debate de uma sociologia da educação antirracista, pensamos a seguinte nota do livro *Tornar-se negro*, no qual Neusa

Santos Souza sublinha os esquemas sociais racistas que sugerem cotidianamente ao negro a sua inferioridade racial.

O irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro. Cada uma delas se expressa através de falas características, portadoras de uma mensagem ideológica que busca afirmar a linearidade da “natureza negra” enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações (Souza, 2021, p. 57).

O combate à ideologia da branquitude é a tarefa essencial de qualquer projeto pedagógico que se entende como inclusivo, democrático e crítico. Do ponto de vista das consequências para a vida em sociedade, a cultura racista da branquitude brasileira dilui as formas da construção de uma identidade negra positiva. Das repercussões do racismo no cotidiano contemporâneo, o problema da destruição das formas positivas de autoestima e segurança encontram-se ancoradas no estresse racial e na inferiorização cotidiana da imagem do negro na cultura. As instituições escolares que não refletem criticamente sobre tais imagens pejorativas incorrem no risco de perpetuarem associações prejudiciais para a construção de uma autoimagem do negro na juventude.

Do ponto de vista de um debate sobre autoestima, as reflexões no currículo e nas práticas pedagógicas que miram nos projetos de resistência e na representatividade negra se mostram como um caminho para a contribuição para uma identidade racial negra no Brasil. Ao contrapor as cristalizações do senso comum relacionadas à submissão do negro, ao questionar os arbitrários culturais que rebaixam a contribuição da cultura negra, ao enfrentar estruturas de poder sintetizadas na linguagem que reproduz o significado negativo, uma proposta de educação antirracista deve se estruturar como meio de resistência às formas de inferiorização do negro.

Uma das chaves para essa questão é pensar a representatividade como presença, isto, representatividade como reconhecimento e visibilidade do pensamento negro nos contextos escolares. A presença de pensadores negros em sala de aula se mostra essencial para um processo de identificação entre o estudante negro e o seu mundo cultural e histórico. A reversão das imagens pejorativas do negro precisa ser compreendida em dois momentos. Um primeiro é o crítico, ou seja, da rejeição dos preconceitos e das imagens negativas presentes na cultura. E um segundo momento propositivo, isto é, pautado na construção de um outro imaginário social de presença,

resistência e autonomia para o pensamento negro. Tornar visível a presença negra deve ser entendido como um processo de resistência antirracista.

Excurso: a ideia de comunidade de voz de Bell Hooks

bell hooks, autora celebrada por sua contribuição para o pensamento feminista negro contemporâneo, destaca-se por uma obra direcionada à educação, mais especificamente, a uma pedagogia antirracista. Podemos pensar uma de suas contribuições para a sociologia da educação nos seguintes termos: como pensarmos uma pedagogia antirracista e anticolonial do ponto de vista de uma sala de aula? Pensamos uma resposta para a pergunta a partir do exame de dois de seus livros: *Ensinando a transgredir* e *Ensinando comunidade*.

Para bell hooks (2017; 2021) uma proposta pedagógica antirracista deve-se orientar pela construção de ambientes escolares mais acolhedores em que a voz dos estudantes ressoe como fonte de protagonismo e de autonomia. Autonomia, liberdade e comprometimento com a conscientização são as chaves para salas de aula inclusivas. Nesse sentido, os educadores críticos devem fomentar cotidianamente a autonomia dos seus estudantes para descentralizar o professor de seu protagonismo tradicional: a sala de aula, como uma comunidade, é tecida por uma rede de compartilhamento de responsabilidades e reconhecimento da presença do outro. Do ponto de vista de uma pedagogia antirracista, bell hooks apresenta as possibilidades para novos sentidos para as relações nas instituições escolares. Questionar as dominações de classe, raça e gênero, tem como fundamento básico o rompimento do silenciamento imposto por uma pedagogia tradicional aos estudantes. A escola transformadora, no sentido da proposição de bell hooks, deve amplificar as vozes dos estudantes.

O silenciamento é uma forma de invisibilizar as diferenças nos contextos escolares. Os alvos para o “roubo” da voz são as minorias inferiorizadas por concepções hegemônicas que as encarceram. Ainda assim, o ato de silenciar coaduna com as formas de internalização de sentimentos de inferioridade e negação de si. O estudante que não ousa falar convence-se da naturalidade da sua opressão cotidiana, não constrói laços de comunidade e atrofia as suas possibilidades de construção de

afeto. A escola, orientada por uma pedagogia crítica, deve contribuir para que os sujeitos levantem as suas vozes como um processo de autonomia.

No livro *Ensinando comunidade*, a autora aponta para as formas como o silenciamento é a base para os sentimentos de inferioridade e vergonha, e tem como consequência um papel no desempenho insatisfatório de crianças negras.

Muitos estudantes negros talentosos e com habilidades acadêmicas excelentes têm desempenho insatisfatório em ambientes acadêmicos e contextos em que humilhar é uma prática comum. Em muitos casos, a simples experiência de ser “julgado” ativa sentimentos profundos de vergonha. Atrapalhar-se e ter desempenho medíocre são estratégias que ajudam a aliviar a ansiedade. Se eles temem que seu desempenho seja considerado insatisfatório, assim que puderem, para se sentirem melhor, esses estudantes vão agir como se fossem, de fato, medíocres (Hooks, 2021, pp. 115-116).

O ato de silenciar, assim, deve ser entendido como uma forma de exclusão escolar, pois, justamente cerceia o sujeito das possibilidades de construção de autonomia. O sujeito silenciado encontra-se enredado e impotente para a expressão da sua voz, internalizando o comportamento acanhado e não questionador. Construir as bases para a expressão da juventude é a base de qualquer postura crítica em sala de aula. Reconhecer a importância da voz é reforçar as bases dialógicas de construção conjunta de conhecimento e, mais do que isso, é uma afirmação reflexiva da presença em comunidade.

Ambientes escolares de humilhação e vergonha, em que a discriminação racial é um fator de presença no cotidiano, produzem um processo de silenciamento da juventude negra. Nesse sentido, as instituições escolares inclusivas precisam elaborar questões como a autoestima e a identidade dos jovens estudantes. No contexto de construção da identidade, as escritas de si e a subjetividade, são questões centrais para uma relação de pertencimento com a escola e as suas funções de conscientização e liberdade. Escola como comunidade, portanto, pauta-se por uma ideia na qual a pedagogia e as suas ferramentas de conscientização são direcionadas para dar voz aqueles que foram – e são – silenciados pelas estruturas de opressão do racismo.

Considerações finais

Vimos, ao longo do ensaio, a importância de um olhar da sociologia da educação para a questão da discriminação racial nas instituições escolares. As notas e as reflexões presentes nas obras de Lélia Gonzalez, Cida Bento e Neusa Santos Souza,

que nos ajudam a pensar a relação entre uma sociologia da educação e o debate racial brasileiro, são contribuições essenciais para o olhar sobre a presença do racismo nas escolas. Além disso, a tradição intelectual dessas pensadoras negras se mostra fundamental para pensarmos caminhos para um futuro de inclusão racial e enfrentamento ao problema estrutural da discriminação e do preconceito. A proposta de uma sociologia da educação antirracista, assim, se mostra atravessada pelo legado intelectual do pensamento social negro brasileiro e o conjunto de questionamentos sobre as implicações da violência racial para a exclusão escolar. Neste ensaio, procuramos valorizar e reconhecer tal legado para a compreensão do problema do racismo escolar no Brasil.

Tendo como pressuposto a questão do racismo e a sua existência capilarizada no tecido cultural da sociedade brasileira, sublinhamos a importância das práticas pedagógicas refletirem um projeto político de questionamento das imagens pejorativas que assombram a juventude negra e criam barreiras para o pertencimento escolar. A necessidade da construção de redes de acolhimento e combate à solidão racial nas escolas, e a produção de currículos escolares que reflitam sobre a diversidade étnico-cultural brasileira. O movimento para uma educação inclusiva do ponto de vista racial se mostra determinante para a construção de uma ferramenta de combate ao racismo na sociedade brasileira. O conjunto de desafios para a promoção da inclusão racial, demonstramos ao longo do ensaio, pode ser enfrentado a partir do repertório epistemológico de intelectuais negras. A sociologia da educação antirracista, assim, coloca-se como campo de estudos engajado no enfrentamento do problema do racismo escolar.

Nesse sentido, o avanço promovido pela Lei nº 10.639, de 2003, que inclui no currículo da educação básica a obrigatoriedade do tema da História e da Cultura Afro-brasileira, precisa ser acompanhado por um esforço mais amplo de políticas públicas educacionais de formação e monitoramento da implementação curricular. Reconhecendo as implicações do racismo nas desigualdades escolares, é preciso, portanto, construir propostas comunitárias de enfrentamento ao racismo e o acolhimento racial nas escolas. As autoras apresentadas ao longo do ensaio esboçam algumas propostas de enfrentamento.

No que diz respeito à formação, observa-se que os currículos das licenciaturas ainda são resistentes à inclusão das temáticas em suas grades curriculares. Há um senso comum que sugere a apresentação exclusiva dos conteúdos e das reflexões referentes à história e à cultura afro-brasileira nas disciplinas que compõem as humanidades. Tal “senso comum” desresponsabiliza os demais professores do tratamento das questões no que tange ao tema da educação das relações étnico-raciais nas escolas brasileiras. É importante destacar que a apresentação de História e Cultura Afro-brasileira deve ser realizada de forma interdisciplinar, sendo uma responsabilidade curricular que perpassa todas as disciplinas. Para isso, é preciso um investimento na formação em licenciatura para que o repertório afro-brasileiro esteja presente de forma consolidada na formação dos professores brasileiros, isto é, as licenciaturas precisam aprimorar seus currículos para uma efetiva inclusão racial. Ainda assim, há dois movimentos de tendência nos contextos escolares no que diz respeito à temática da cultura afro-brasileira: uma tendência ao tratamento das temáticas somente em datas comemorativas em uma ideia de “pedagogia de evento” e a resistência para revisitar e questionar as bases de uma educação de matriz eurocêntrica.

Como aprendemos com Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza, a oposição antirracista se organiza também pela disputa em torno da linguagem. Por exemplo, ao permanecer com visões eurocêntricas que, sinalizam no impacto colonial a questão do “descobrimento” e a ideia do caráter civilizacional da exploração europeia das Américas, o currículo reproduz uma visão que desumaniza, legitima os processos de violência colonial e transforma em coadjuvante a contribuição cultural afro-brasileira. A invasão das Américas e o sequestro das populações negras precisam ser questionados a partir das contranarrativas de oposição à visão hegemônica europeia. O Brasil não foi inventado em 1.500, como ainda hoje é ensinado em sala de aula. É preciso disputar as narrativas históricas, rejeitar as propostas de leitura de mundo que, ao se dizerem neutras, refletem as intencionalidades de uma visão embranquecida da história. Sob as máscaras da neutralidade e da história oficial esconde-se um discurso de silenciamento das narrativas afro-brasileiras. A tarefa de uma sociologia da educação antirracista, assim, é a de enfrentar o discurso oficial e ampliar as possibilidades de presença da cultura afro-brasileira nas escolas. Em conclusão, podemos lembrar da tese escrita por Walter Benjamin, no ensaio *Sobre o*

conceito de história, que diz respeito ao olhar empático para a tradição dos oprimidos. A história dos vencidos, aqueles que não puderam transmitir os seus testemunhos e registrar as suas experiências, deve ser colocada como a prioridade do pensador crítico que olha para a cultura e busca compreender a memória que foi silenciada pelos vencedores, isto é, aqueles que contam a “história oficial”.

Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante. Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do possível. *Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.* (Benjamin, 2012, p. 245, grifos nossos).

A construção de uma sociologia da educação antirracista, assim, se mostra implicada na tarefa intelectual da memória e da experiência do negro brasileiro e, a partir do reconhecimento histórico, se criam as possibilidades para um projeto de futuro historicamente orientado pela tradição afro-brasileira. A educação é central para um projeto da memória histórica brasileira e de reconhecimento da contribuição afro-brasileira.

Este ensaio propôs um movimento de uma sociologia da educação comprometida com o projeto da educação das relações étnico-raciais. O caminho escolhido foi o do reconhecimento da contribuição do pensamento social negro brasileiro e sua importância para o debate sobre educação e juventude negra. Do ponto de vista propositivo, sublinhamos a importância de práticas pedagógicas de acolhimento, inclusão e enfrentamento do racismo, bem como a necessidade da construção de redes de empoderamento e de presença negra nos contextos escolares. Linguagem e história são conceitos que atravessam a escrita deste ensaio por sua importância para o trabalho das pensadoras negras com quem dialogamos.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro. Polén. 2019.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 2003*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’. Acesso em: 01 jul. 2024.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*. 2004.

CARVALHO, Marília Pinto de. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. *Revista Brasileira de Educação*. 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, volume 31, número 1, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

DA SILVA, Mário Augusto Medeiros. *Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930*. Revista USP, 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HOOKS, Bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: *Superando o racismo na escola*. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Recebido em: junho de 2024

Aceito em: Novembro de 2024

COMO REFERENCIAR

SANTOS, Wanderson Barbosa dos. A contribuição do pensamento social negro brasileiro para a construção de uma sociologia da educação antirracista: Lélia Gonzalez, Cida Bento e Neusa Santos Souza. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 2, p. jul.-dez., 2024.